Conclusão

Cláudia Damasceno Fonseca

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FONSECA, C.D. Conclusão. In: *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas* [online]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Humanitas series, pp. 557-571. ISBN: 978-85-423-0307-0.
<https://doi.org/10.7476/9788542303070.0018>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CONCLUSÃO

DA “CONSTELAÇÃO DE ARRAIAIS” À REDE URBANA

Os núcleos de povoamento de Minas Gerais, quando abordados na escala da capitania, aparecem, inicialmente, como um *semis*. Este termo da geografia urbana francesa – que, na falta de melhor opção, traduzimos por “constelação”¹ – pode ser assim definido:

Forma espacial nascida da distribuição mais ou menos regular de pontos sobre uma superfície (...) assim como falamos de uma constelação [*semis*] de estrelas, podemos falar de uma “constelação” de habitações, de uma “constelação” de povoados, ou de uma “constelação [*semis*] urbana” (...) tais “constelações” são claramente identificáveis nos mapas (...) e é interessante estudar suas configurações, que constituem uma das fontes da análise geográfica.²

A superfície que serviu de pano de fundo para a primeira “constelação” de arraiais mineiros era um imenso *sertão*, que foi se transformando em *território* à medida que alguns destes pontos se diferenciaram dos demais, tornando-se centros irradiadores do poder civil e religioso. Desta maneira, tal “constelação”, constituída inicialmente de unidades homogêneas, tomou, pouco a pouco, a forma de uma “armadura urbana” (*armature urbaine*),³ ou seja, de uma rede urbana⁴ composta por “nódulos” hierarquizados: cidades, vilas (e vilas cabeça de comarca), povoações-sede de julgados e de freguesias, além de uma miríade de arraiais que continham apenas uma capela filial.

Devido aos múltiplos papéis desempenhados por estas povoações, ao longo das três partes desta obra pudemos observar trajetórias urbanas que, em diversos momentos, confundem-se com história religiosa, econômica e política da capitania como um todo. A cronologia e a distribuição geográfica das fundações eclesiásticas constituíram uma variável importante para o estudo da formação e do desenvolvimento dos núcleos de povoamento. Assim, foi possível concluir que, mesmo na fase de declínio da produção aurífera (segunda metade do século XVIII), os arraiais mineradores preservaram uma capacidade de atração e de concentração demográfica (bem como de concentração de riquezas) bem maior do que a dos arraiais agrícolas, que surgiram em maior número neste período.

Do ponto de vista da história política, a análise demonstrou que as rebeliões do início do século XVIII, as disputas entre os poderes locais e o sistema fiscal de Minas tiveram um papel primordial na formação da malha territorial e na hierarquização das povoações. Um dos temas desenvolvidos neste estudo é o de que a política de expansão territorial, inaugurada pelo governador Gomes Freire e implantada, sobretudo, com objetivos fiscais, suscitou diferentes querelas entre as autoridades de Minas Gerais e das capitanias limítrofes; pudemos concluir que a criação de diversas freguesias, julgados e de algumas vilas nas fronteiras meridionais e ocidentais contribuiu de modo decisivo para que tais regiões permanecessem sob o controle dos governadores mineiros. Observamos, em particular, que quase todas as vilas criadas no fim do século XVIII estavam em zonas de conflitos existentes ou iminentes com outras capitanias.

Se o estudo destes conflitos não bastou para elucidar inteiramente os motivos da criação de vilas entre 1789 e 1814 (após um período de cinquenta e nove anos sem qualquer nova fundação), pelo menos ele pôde estabelecer claramente que os dois fatos estavam intimamente ligados. Este é um dos períodos em que a história urbana e territorial da capitania aparece intimamente ligada à sua história política: para compreender estas fundações, não se poderia ter deixado de lado a Inconfidência Mineira, de 1788-1789 (nem, sobretudo, as devassas que se lhe seguiram), da mesma maneira que fomos levados a analisar o contexto das sedições do início do século XVIII, no qual se insere a instituição das primeiras vilas. Porém, não foram estes acontecimentos, em

si, que cativaram nossa atenção. O interesse de tais movimentos para a presente obra residiu no fato de que as manifestações locais de repúdio aos projetos metropolitanos tiveram uma forte influência na percepção dos governantes acerca do papel das vilas e do poder municipal.

Os dados empíricos que exploramos provam, entretanto, que a criação das vilas de fim de século deve ser relacionada a outras problemáticas. Por um lado, às reformas territoriais e judiciárias implementadas em Portugal no mesmo período, as quais tiveram importantes repercussões em Minas Gerais – a questão da “boa administração da justiça” sendo onipresente na documentação estudada. Por outro, às disputas de poder no interior da capitania; pois, se foi pela vontade do rei de Portugal e de seus principais representantes – bispos e governadores – que algumas povoações vieram a receber funções e títulos que as colocaram em posição de destaque, isto não quer dizer que os habitantes destes lugares tenham sido entes passivos. Pelo contrário: pudemos demonstrar que, nos momentos em que se discutiam questões ligadas à hierarquia urbana e à organização territorial, os funcionários régios não tiveram como ignorar as resistências dos moradores, nem desprezar os interesses da “nobreza local”.

Antes de nós, outros autores já haviam estabelecido relações entre as datas de fundação de algumas das vilas de fim de século e a situação social e política instável de Minas na época das devassas da Inconfidência. Contudo, acreditamos ter contribuído com alguns novos elementos para elucidar esta questão. A análise demonstrou que o visconde de Barbacena ignorou diversos outros pedidos de promoção à categoria de vila, preferindo criar as municipalidades de São Bento do Tamanduá, Queluz e Barbacena, sem mesmo se preocupar em pedir a prévia autorização da Coroa. Naquele contexto, as escolhas do governador devem ser atribuídas, sem dúvida, à necessidade de ganhar o apoio dos círculos políticos mais influentes (a fundação de uma vila acarretava a criação de cargos administrativos e judiciários, às vezes rentáveis, mas sempre honoríficos), sem esquecer o fato de que alguns homens implicados na conspiração de 1789 estiveram diretamente ligados, de diversas maneiras, a tais fundações.

O fato de que as vilas e seus territórios não tenham constituído apenas um “cenário”, e sim o objeto central deste estudo, fez com que se pudesse observar alguns aspectos da história política

de Minas sob ângulos novos: neste caso, o espaço serviu como um “revelador” das relações e das lutas pelo poder. As ligações existentes entre as três fundações do período de 1789-1791 e os protagonistas da Inconfidência mereceriam, contudo, análises mais aprofundadas. O estudo da composição das câmaras e a identificação dos detentores dos cargos judiciais e dos postos das milícias nos três concelhos talvez sejam um caminho promissor para lançar novas luzes sobre este aspecto da história mineira.

Preferimos, contudo, seguir outras pistas: a criação das vilas mineiras possui uma outra dimensão, mais circunscrita – em termos políticos e espaciais –, que está presente em diversos documentos. As disputas em torno da concessão dos títulos urbanos (vila e cidade) e da definição do espaço de jurisdição das autoridades municipais foram questões que mobilizaram fortemente os poderes locais. O estudo das rivalidades urbanas, das disputas territoriais e das relações conflituosas entre as câmaras, os magistrados e as “pessoas principais” dos arraiais forneceram outras chaves para compreender o processo de fundação das vilas, bem como para determinar as causas do fracasso das tentativas de emancipação de algumas localidades.

ENTRE *CIVITAS* E *URBS*: DOS TERRITÓRIOS AOS ESPAÇOS URBANOS

O estudo dos conflitos, das concorrências e das hierarquias urbanas também permitiu que se identificassem algumas particularidades nas relações entre as vilas e seus territórios. O sistema português de organização político-territorial, cuja base era o concelho, produziu um modelo de “cidade” que era indissociável do espaço por ela controlado. De fato, a análise demonstrou que as representações coevas nem sempre distinguiam claramente as vilas dos seus termos, e é sobre este ponto que gostaríamos, aqui, de insistir.

Esta fusão ou amálgama entre a “cidade” e o seu território (*urbs* e *civitas*) reflete-se, por exemplo, nas representações concernentes ao aspecto demográfico e econômico das localidades. As referências aos números de habitantes, tão raras, sugerem que a noção de “população aglomerada” não fazia parte do universo

mental das elites de Minas Gerais. Quando a “nobreza” local queria comprovar que sua vila ou seu arraial era bem povoado, caso citasse dados numéricos, estes não se referiam apenas à parte mais densa do núcleo de povoamento (ou seja, ao espaço “intraurbano”): tal referência quase sempre abrangia a população total da paróquia, quando não do concelho. Ora, conforme vimos, em Minas Gerais, os territórios paroquiais e concelhios eram bastante extensos, incluindo geralmente diversos arraiais (providos de capelas filiais), mas também habitações rurais dispersas. Assim, o número de fregueses quase nunca corresponde exatamente ao da população “urbana” ou aglomerada (ou seja, à população que vive no interior da vila ou do arraial).⁵ Os dados concernentes ao número de fogos sugerem, de fato, que a maior parte dos arraiais e vilas que polarizavam territórios extensos e populosos (freguesias, concelhos) tinha menos de trezentas casas – sendo, portanto, povoações bastante modestas, não somente em relação aos padrões atuais, mas também quando comparadas à situação do Reino.

Vimos, aliás, que somente no início do século XIX o número de habitantes tornou-se uma variável importante, tanto para a avaliação do tamanho dos territórios concelhios, quanto para medir a importância das povoações. É, pois, neste período que os dados demográficos se tornam mais numerosos e confiáveis. Na maior parte das fontes setecentistas analisadas, prevalecem outros critérios, associados à imagem cultural da cidade: os feitos heroicos do seu passado (ligados ao desbravamento e à “conversão” do sertão), a existência de um número considerável de homens brancos, abastados e instruídos (a presença de bacharéis sendo particularmente valorizada), bem como a qualidade dos elementos físicos – o sítio, as casas, os edifícios públicos e as igrejas, o traçado e pavimentação das ruas, os chafarizes.

Poderia-se argumentar que tal associação entre a cidade e seu território – que se reflete tanto no léxico quanto nas descrições urbanas – não é exclusiva das fundações portuguesas da América. De fato, as vilas de Minas guardam semelhanças com cidades europeias do mesmo período – com as de Portugal, evidentemente, como pudemos observar através do trabalho de Ana Cristina Nogueira da Silva,⁶ mas também com cidades francesas. Conforme explica Jean-Claude Perrot, o vocabulário que descreve o fenómeno urbano na França moderna é bastante vago e confuso:

os conceitos *ville*, *cit*, *bourg*, *hameau* (pequeno povoado), bem como *faubourg* e *banlieue* (arrabalde, subrbio), eram utilizados de modo impreciso, compondo “uma coleo de imagens desfocadas”. A palavra *ville* podia designar simultaneamente o ncleo urbano, “as zonas rurais do entorno [*terroir*], bem como os espaos anexos, arrabaldes e subrbios [*dpendences*, *hameux*, *carts*]”; quanto ao termo *banlieue* (subrbio), “no sculo XVIII, j era confundido com as reas rurais”, pois a legislao determinava que a linha de separao “oficial” entre cidade e campo estava, em alguns casos, a trs lguas dos arrabaldes (*faubourgs*), em todas as direoes e, noutros casos, a apenas uma lgua.⁷ A consequncia disso foi que, no final do sculo, algumas comunidades urbanas no sabiam mais “quais eram as zonas rurais [*campagnes*] que estavam sob seu controle”.⁸

As anlises de Marie-Vic Ozouf-Marignier demonstram que uma “conscincia mais ampla da territorialidade do fenmeno urbano” transparece raramente na documentao sobre as rivalidades entre localidades francesas do perodo. Quando os contemporneos empregavam o critrio demogrfico para avaliar a importncia das aglomeraoes e para classific-las como *villes*, *bourgs* ou *villages*, “os nmeros que surgem so, geralmente, os da populao da cidade, e no o de sua regio”.⁹ Ora, a maior parte dos argumentos apresentados pelas cmaras de Minas Gerais leva em conta espaos bem mais amplos que a sede dos concelhos e mencionam explicitamente as ligaoes “vitais” existentes entre as povoaoes e as terras circunvizinhas. Conforme vimos, em alguns discursos, a necessidade de conservar sob seu domnio a totalidade destes territrios reafirmada pelo recurso a metforas organicistas: o concelho um “corpo” composto por uma “cabea” (a sede, seja ela uma vila ou uma cidade), que o centro de comando, e por diversos “membros” (os arraiais e os campos cultivados do entorno) que lhes esto submetidos e que devem assegurar sua subsistncia.

No h dvidas de que tais analogias entre as cidades e os organismos vivos eram imagens bastante difundidas na Europa do sculo XVIII.¹⁰ Mas tudo indica que os oficiais da cmara de So Jos se apropriaram de tais imagens de forma bastante original, a fim de representar um tipo peculiar de relao entre a vila e seu termo. Diferentemente das representaoes europeias, o que eles destacam nestes discursos no nem a proeminncia das

cidades “capitais” (as cabeças ou sedes de circunscrições), nem exatamente a complementaridade entre os centros de comando e as localidades e territórios subalternos, mas o fato de que, quando a vila perde uma parte do seu termo, o resultado pode ser a falência sucessiva de todos os “órgãos” e a “morte” de todo o concelho. Se a vila é a “cabeça” e os arraiais e áreas rurais do entorno constituem os “membros”, não se trata, certamente, de “membros inferiores”, mas, ao contrário, de órgãos vitais. Estes desempenham, entre outros papéis, uma importante função “metabólica”, que garante a sobrevivência de todo o organismo. Tais “órgãos” eram constituídos pelos arrabaldes e arraiais mais dinâmicos do ponto de vista comercial (os quais geravam receitas para as câmaras, através da tributação desta atividade), bem como pelas zonas rurais em torno das vilas, que constituíam espaços essenciais para abastecer as populações urbanas com os “frutos da terra”.¹¹

As descrições que comparam o termo de São José a um corpo “mutilado” e “doente” tinham um objetivo bem claro: provar os malefícios dos sucessivos desmembramentos do território concelhio, decorrentes da criação das vilas de São Bento do Tamanduá, Queluz e Barbacena. Segundo os camaristas, tais localidades não sobreviveriam à separação do “corpo” que lhes dava vida, assim como este último não poderia funcionar se perdesse seus órgãos vitais: “Um corpo de que se cortaram vários membros, estes ficam sem vigor, e ele promete pouca duração. Tal é o estado presente destas povoações.”¹²

Com efeito, a vitalidade do concelho dependia da circulação de produtos e de riquezas entre a vila e seu termo: “Um corpo em que não circula o sangue preciso perde pouco a pouco o seu vigor, secam-lhe os membros e cai em desfalecimento mortal.”¹³

A este respeito, cabe apontar uma das principais lacunas do presente estudo: as trocas e os fluxos comerciais entre as diversas povoações – um dos elementos definidores de uma “verdadeira” rede urbana – são questões que não puderam ser aqui tratadas com a devida profundidade. O tema aparece em diversas representações por nós analisadas, mas faltaram informações para ir mais longe. Como se sabe, afora os relatos dos viajantes estrangeiros (que dizem respeito ao século XIX), há poucas fontes conhecidas que permitem retratar as rotas comerciais entre as diferentes vilas e arraiais da capitania e as áreas rurais.¹⁴

Consequentemente, torna-se difícil efetuar estudos qualitativos e quantitativos sobre o dinamismo comercial das povoações (ou dos concelhos) setecentistas. Ora, estes dados seriam essenciais para uma determinação mais exata dos níveis de urbanização e desenvolvimento, assim como para uma análise das configurações (radiais, lineares, afuniladas etc.) dos fluxos de mercadorias.¹⁵ Esperemos que pesquisas arquivísticas futuras, realizadas pelos especialistas, possam revelar novas fontes que viabilizem tais estudos.

Por outro lado, a cartografia histórica disponível permite algumas investigações sobre as etapas da constituição da rede de caminhos, que não coube aqui efetuar. Mas também seria desejável que se dispusesse de informações mais precisas e seguras acerca da cronologia de abertura das “picadas”.¹⁶ Ainda está para ser feito um estudo minucioso dos processos – mais ou menos concomitantes, dependendo dos casos – de gênese das redes viária e urbana, de formação das circunscrições e de constituição dos fluxos comerciais inter e intraconcelhos – o que, na escala da capitania, representa uma tarefa colossal.

Além da circulação de produtos e do abastecimento das vilas e arraiais, as metáforas utilizadas pela câmara de São José remetem para outros temas. Tais imagens também devem ser atribuídas às disfunções de um modelo de organização territorial que era bem mais adequado às dimensões restritas e à realidade demográfica e econômica do Reino, do que ao contexto colonial. De fato, a transferência de instituições municipais e de modelos territoriais portugueses para a América deu origem a estruturas que os ministros do Conselho Ultramarino mal reconheciam. Em Minas Gerais, as circunscrições sofriam de uma hipertrofia generalizada: diversas freguesias e concelhos eram bem mais extensos que as comarcas da metrópole e, em certos períodos, os territórios de jurisdição dos ouvidores mineiros podiam conter praticamente todo o Reino.

Mas a especificidade das representações da câmara de São José também está ligada a um outro tipo de “anomalia”: em certos casos, os “membros” do corpo-concelho se tornavam povoações de igual importância, quando não suplantavam a “cabeça”. Isto pôde ser constatado em nosso estudo dos níveis de urbanização a partir de uma definição atual do “urbano” – demográfica e econômica –, bem como nas análises em que procuramos observar

as vilas e os arraiais através de critérios coevos de avaliação do “prestígio” e da “grandeza” das povoações: o número de confrarias, a quantidade e a riqueza das igrejas.

Concluimos, assim, que se o estado de “decadência” de algumas localidades não fez com que elas perdessem suas prerrogativas de sede (de concelho ou freguesia), parece certo que os poderes políticos e financeiros não mais ali se concentravam, estando dispersos por zonas rurais ou por outros arraiais do termo que se tornaram mais dinâmicos do ponto de vista comercial. Neste sentido, poderia ser interessante investigar a composição das câmaras destas vilas “decadentes”, a fim de determinar se os camaristas residiam na sede, nos arraiais subalternos ou em fazendas incluídas no termo. Este tipo de análise teria um duplo interesse: as relações existentes entre o poder e o espaço urbano podem, por um lado, revelar lutas políticas e conflitos sociais em escala local e, por outro, elucidar questões ligadas à estrutura fundiária e ao urbanismo das povoações mineiras.

Há, pois, diversos aspectos que parecem conferir uma originalidade ao processo de formação das hierarquias urbanas e da malha territorial da capitania. No entanto, antes que se possa concluir sobre uma real especificidade de Minas Gerais no tocante a estas questões, é necessário que haja estudos similares sobre outras partes da América portuguesa, bem como sobre outras possessões ultramarinas de Portugal. De fato, se a questão da existência de um “modelo formal de cidade portuguesa” (em termos arquitetônico-urbanísticos) e de sua transplantação nas colônias foi objeto de estudos recentes, o estudo das redes urbanas e da dimensão territorial do fenômeno da urbanização não recebeu, ainda, a devida atenção por parte dos pesquisadores. Também parece essencial que haja estudos comparativos sobre a transferência e a adaptação das instituições, dos modelos territoriais e da estrutura de posse do solo urbano entre as Américas portuguesa e espanhola, os quais, certamente, revelarão muitas similitudes, mas também devem reservar algumas surpresas.¹⁷ E, por que não, seria interessante estender tais comparações aos territórios coloniais não ibéricos, como as possessões inglesas e francesas do Novo Mundo.

Tendo em vista as relações complexas que ligavam os núcleos urbanos aos espaços circundantes, a *vila*, para os contemporâneos, não era apenas a *urbs* – um conjunto de ruas, casas e igrejas –,

pois eles as associavam sempre à *civitas* – ao território no qual todos os habitantes estavam submetidos ao poder de uma mesma câmara. A imagem resultante desta associação assemelhava-se, portanto, a um complexo *patchwork*, constituído por espaços que apresentavam diferentes estágios de organização e de “urbanidade”. Além do núcleo da sede, havia arraiais de diversos tamanhos, zonas rurais, com suas habitações dispersas, e até mesmo sertões residuais – terras sobre as quais o território e o poder municipal podiam se expandir, muitas vezes em detrimento de populações preexistentes (índios e quilombolas). Assim, as definições atuais de “intraurbano” e “interurbano” não correspondem exatamente à realidade estudada; se as empregamos ao longo deste livro, foi por falta de expressões mais apropriadas. De fato, se as relações entre uma vila e um arraial que dela depende podem ser consideradas como “interurbanas”, elas também são “intraconcelhias” (ou “intramunicipais”), pois ambas as povoações situam-se numa mesma circunscrição (o concelho) e são interdependentes jurídica e economicamente.

Notemos, ainda, que esta ligação íntima entre as povoações e as terras do entorno pode ser percebida em diversas escalas; tal aspecto é, aliás, bastante presente nas descrições e na iconografia dos viajantes estrangeiros. Mesmo quando nos deslocamos para o interior do rossio – o espaço mais restrito da administração camarária –, o “urbano” e o “rural” se mesclam e se confundem continuamente. Na nobre cidade episcopal de Mariana, os sobrados e casas térreas se intercalavam com hortas e pomares, e os porcos passeavam pelas ruas calçadas; estas prolongavam-se em caminhos de terra, beirando as chácaras repletas de bananais, e chegavam mesmo a desaparecer quando atravessavam as lavras dos morros; um quarto de légua adiante, elas afloravam de novo nos arrabaldes. As vilas da colônia não eram muradas e, nas Minas, os limites do “urbano” eram fluidos e moventes. Mesmo as colunas de madeira ou de pedra, plantadas pelas câmaras nos quatro cantos do rossio, não passavam de marcos da sua autoridade, de fronteiras jurídicas e fiscais.

Ademais, o estudo da gênese e do controle dos espaços urbanos demonstrou que tal perímetro – que delimitava a jurisdição dos camaristas em termos da percepção das taxas fundiárias urbanas (foros) – chegou a ser contestado pelos habitantes das vilas, por diferentes razões. Em primeiro lugar, devido à complexidade e à ambiguidade do sistema de medição

(o qual provocava desentendimentos também no tocante à medida das sesmarias). Em segundo lugar, devido ao fato de que as vilas mineiras não eram instituídas *ex nihilo*, mas sempre em arraiais preexistentes. Ora, estes nunca se formavam em *no man's lands*. Por mais incultos e desertos que pudessem parecer os terrenos sobre os quais foram erguidos as ermidas pioneiras e os arraiais, eles sempre constituíam previamente objeto de algum tipo de apropriação, ainda que simbólica. Ou seja, eles tinham sempre algum estatuto fundiário, fosse ele real ou pretense (ou seja, reivindicado *a posteriori*). Nas terras “virgens” (na ótica do colonizador) da América, os sinais da posse nem sempre eram visíveis: como observou o barão de Eschwege, uma simples cruz gravada num tronco de árvore podia significar a apropriação de muitas léguas em quadra, que, com frequência, permaneciam incultas por longos anos. Em uma região onde solos férteis e facilmente irrigáveis existiam em abundância, a terra só adquiria um real valor quando ela era objeto de disputas. Ou seja, quando ela se situava perto de centros de interesse para as populações dos arredores: uma capela, uma igreja matriz, um rancho de tropeiros à beira de uma estrada movimentada, um arraial dotado de lojas e vendas.

É verdade que, em certos casos, as fundações urbanas foram precedidas de algum tipo de “projeto”, como o Arraial da Campanha do Rio Verde, que foi arruado pelo ouvidor do Rio das Mortes. Também no caso do Arraial da Igreja Nova (mais tarde Vila de Barbacena), uma autoridade local – o vigário da freguesia da Borda do Campo – demarcou o perímetro da futura igreja e da povoação sobre um terreno então considerado devoluto, próximo à estrada do Rio de Janeiro. Como vimos, apesar das precauções tomadas pelos fundadores do arraial, a posse destas terras foi reivindicada mais tarde, provocando conflitos entre os fregueses e os fazendeiros. Aliás, este tipo de disputa também ocorreu em outros locais favoráveis ao comércio – ou seja, em sítios próximos aos caminhos principais –, o que demonstra a importância do aspecto econômico e, principalmente, da atividade comercial no processo de formação dos núcleos de povoamento de maior densidade.

As estruturas fundiárias também representaram um fator condicionante para o controle da forma urbana nas vilas mineradoras. Em Mariana, a execução do projeto de extensão urbana e a instalação da rede de adução de água foram adiadas devido à

resistência dos moradores em reconhecer a autoridade da câmara sobre as terras do rossio. Da mesma maneira, em Vila Rica, os camaristas tiveram que contornar obstáculos para efetuar a regularização dos traçados de algumas ruas, bem como para construir as infraestruturas urbanas. Além dos problemas de gestão dos aforamentos, eles também tiveram que lutar contra a “natureza”, ou seja, contra as dificuldades apresentadas pelo sítio urbano.

O terreno bastante acidentado de Vila Rica, bem como as “feridas” deixadas pela atividade mineradora nas montanhas do entorno, contribuiu, de fato, para a formação de uma paisagem urbana pouco conforme aos ideais clássicos de cidade. Dois séculos mais tarde, Vila Rica foi considerada pelos historiadores da arte como um dos exemplos paradigmáticos do “desleixo” dos portugueses no que toca às fundações urbanas. De fato, a imagem positiva das vilas setecentistas mineiras, consideradas na sua totalidade – e não apenas como coleções de belas igrejas e monumentos –, demorou a se impor. As qualidades “cênicas” e o “pitoresco” destas implantações só foram reconhecidos tardiamente, nas primeiras décadas do século XX, muito embora estes aspectos positivos já estivessem presentes nas descrições dos viajantes estrangeiros, redigidas um século antes.

AS DIMENSÕES OCULTAS DA “CIDADE COLONIAL MINEIRA”

No final da década de 1930, o legado arquitetônico e artístico da época colonial erigia-se em símbolo da “identidade brasileira” e da “cultura nacional”. Alguns núcleos urbanos de Minas tornavam-se, então, “cidades históricas” ou “cidades-monumento”, sendo tombadas, total ou parcialmente, pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão da administração federal criado nesta mesma época.

Este valor “histórico” então atribuído às vilas de Minas estava associado a dois aspectos principais. Por um lado, à exaltação mítica da aventura do ouro e dos diamantes: as “cidades-monumento” eram também cidades “do ciclo do ouro” e do “ciclo dos diamantes”, em uma época em que a história econômica brasileira era apresentada em termos de “ciclos econômicos” sucessivos.

Por outro, estas localidades haviam constituído o palco de acontecimentos privilegiados pela historiografia brasileira: a revolta de Vila Rica de 1720, dita “de Felipe dos Santos”, e, sobretudo, a Inconfidência Mineira – dois movimentos que, por muito tempo, foram considerados pelos historiadores brasileiros como manifestações precoces de ideias “nacionalistas” ou “republicanas”. A memória desta história oficial está, hoje, inscrita nos nomes de muitas ruas e praças e em monumentos comemorativos – como o que homenageia o “primeiro mártir da independência”, Joaquim José da Silva Xavier. Como é sabido, na época da proclamação da República, o alferes foi transformado em herói nacional; desde então, sua estátua ocupa o centro da praça principal de Ouro Preto (Vila Rica), batizada de “Praça Tiradentes”.

Do ponto de vista artístico, as “cidades coloniais” de Minas foram consideradas, primeiramente, como “museus a céu aberto”,¹⁸ como coleções de grandes monumentos da arquitetura civil e religiosa do chamado Barroco Mineiro. De fato, são principalmente estes elementos, tomados isoladamente, que constituíram objeto de políticas oficiais de tombamento e conservação. Se algumas localidades, como Vila Rica (Ouro Preto) e Mariana, foram integralmente tombadas nas décadas de 1930 e de 1940, na prática, a consciência da necessidade de se preservar a paisagem urbana em sua totalidade (ou seja, de proteger não só os “monumentos”, mas também a arquitetura vernacular e a paisagem natural circundante) surgiu somente décadas mais tarde, quando estas já se encontravam irremediavelmente desfiguradas.

Apesar das transformações e degradações sofridas pelas “cidades históricas” – principalmente durante a segunda metade do século XX –, elas ainda conservam elementos que permitem, ao olhares atentos, descobrir a escala original e as características principais das povoações setecentistas. Ali ainda estão de pé as igrejas, assim como boa parte das casas e sobrados (embora muitas delas tenham sido reformadas nos séculos XIX e XX); em certas localidades, vemos também pontes e calçamento de pedra, bem como chafarizes que ainda guardam sua função. Algumas delas conseguiram até mesmo manter viva um pouco da cultura urbana do século XVIII: os toques dos sinos (recentemente incluída na lista dos bens do “patrimônio imaterial” brasileiro) e

os itinerários das procissões solenes foram mantidos, as confrarias dos negros e dos mulatos continuam a celebrar as festas de seus santos padroeiros.

Se, por um lado, os elementos concretos, bem como determinados aspectos da cultura e da sociabilidade de tais cidades, puderam ser parcialmente preservados, por outro, vastos temas da história urbana e territorial de Minas caíram no esquecimento. As classificações e as hierarquias urbanas da época colonial foram totalmente modificadas devido aos inúmeros desmembramentos, anexações, supressões e criações de freguesias e de concelhos. Já em 1823, o imperador Dom Pedro I concedia o título de “cidade” a todas as vilas capitais de província – foi o caso de Vila Rica, que se tornou, então, a “Imperial Cidade de Ouro Preto”. Em 1831, o arraial do Tijuco foi, enfim, promovido à categoria de vila e, sete anos depois, alcançou o título de cidade, quando seu nome foi mudado para Diamantina.

Durante um século, a distinção entre os títulos de vila e cidade continuaria a fazer algum sentido para os contemporâneos. Foi em 1938 que um decreto-lei federal condenou o termo “vila” a desaparecer das classificações urbanas oficiais: a partir de então, todas as sedes de *municípios* brasileiros passariam a se chamar cidades, pouco importando seu tamanho ou o seu grau de urbanidade.¹⁹ A palavra “arraial” também deixaria progressivamente de ser utilizada para designar a maior parte dos núcleos mineiros, sendo substituída pelo termo “povoação”, que é mais correntemente empregado no resto do Brasil.

Além das taxinomias e das hierarquias das aglomerações do século XVIII, que foram praticamente apagadas da memória coletiva – e apenas recentemente se tornaram objetos de estudos históricos²⁰ –, a dimensão territorial das vilas é outro aspecto pouco conhecido da história mineira. Raros são aqueles que, ao percorrer, nos dias de hoje, os pequenos “centros históricos” de Mariana e de São José del-Rei (Tiradentes), sabem que estas pequeninas localidades foram outrora poderosas, na medida em que comandavam territórios que correspondem a algumas dezenas ou mesmo a uma centena de municípios atuais. Em relação à pequena cidade de Campanha – cuja herança colonial não foi suficientemente significativa para fazer dela uma “cidade histórica”, com vocação turística –, quantos sabem que, no início do

século XIX, ela controlava todo o Sul de Minas, chegando mesmo a ameaçar São João del-Rei, a cabeça da comarca?

Se voltamos a mencionar estes pontos, não é para defender as abordagens que privilegiam as trajetórias urbanas individuais; trata-se, ao contrário, de reafirmar o interesse do estudo das cidades em diferentes escalas e, sobretudo, “das cidades entre si”.²¹ As concorrências urbanas, as querelas territoriais e a análise da evolução das hierarquias ainda podem revelar aspectos desconhecidos da história urbana, bem como da história social, administrativa e política da capitania.

Não tivemos a pretensão de esgotar nenhum dos vastos temas tratados nas três partes deste livro. Desde o início, estava claro que a opção de adotar uma multiplicidade de abordagens iria produzir visões parciais e incompletas do fenômeno urbano mineiro. Contudo, ao final deste percurso, parece-nos que tal método foi apropriado para demonstrar a grande complexidade das questões abordadas, e que as lacunas que deixamos sinalizam caminhos para muitos estudos futuros. Devassamos alguns sertões, abrimos algumas picadas, mas lavramos apenas uma parte dos aluviões: a história urbana e territorial de Minas guarda imensos segredos, e muitos veios profundos ainda estão por descobrir e explorar.

**As imagens a seguir correspondem a
Conclusão, originalmente reunidas ao final da
terceira parte desse livro.**

pp. 583

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Figura C.1 – Ouro Preto (antiga Vila Rica) no início dos anos 1940, época de seu tombamento como “Cidade Monumento Nacional”.

Fonte: reprodução extraída de GOODWIN. *Brazil Builds*.

**As notas a seguir correspondem a Conclusão,
originalmente reunidas ao final desse livro.**

pp. 674-675

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CONCLUSÃO

- ¹ O termo francês *semis*, no sentido genérico, designa, simultaneamente, o ato de semear, seu resultado (a “semeadura” ou a “seara”), e um desenho constituído pela repetição de uma determinada forma-padrão. A palavra é dificilmente traduzível em português; escolhemos a palavra “constelação” pelo fato de ser um termo já utilizado pelos geógrafos urbanos (como mostra a citação) e também para evitar a associação com a célebre metáfora do semeador, a qual pode induzir erroneamente à ideia de “obra do acaso” – pois, como vimos ao longo deste estudo, a distribuição das vilas e dos arraiais mineiros não é fruto do acaso (ou do “desleixo”), mas resulta de condicionantes físicos (especialmente geológicos), sociais, econômicos e geopolíticos.
- ² BRUNET; FERRAS; THÉRY. *Les mots de la géographie dictionnaire critique*, p. 451.
- ³ *Armature urbaine* é outro conceito da geografia urbana francesa, definido como um conjunto de cidades interligadas num determinado espaço. É através desta “ossatura”, desta “rede” ou “malha” estruturante (*armature*, em francês), que se transmitem ordens, decisões, e que se estabelecem os fluxos; também é por meio desta “ossatura” que se estabelece uma visão hierarquizada da organização do território. Ver: BRUNET; FERRAS; THÉRY. *Les mots de la géographie dictionnaire critique*, p. 44.
- ⁴ A geografia urbana francesa estabelece uma distinção entre as expressões *réseau urbain* e *armature* (armação, estrutura) *urbaine*. A primeira (rede urbana) é mais genérica, designando um conjunto de localidades interligadas por vários tipos de relações. A segunda se refere ao conjunto formado pelos núcleos urbanos e suas zonas de influência; neste caso, as ligações e os fluxos entre os componentes da “malha” obedecem a uma hierarquia, ou seja, a relações de domínio, de subordinação e de dependência, em diversos níveis.
- ⁵ Vila Rica talvez seja o único caso em que os totais da população “urbana” correspondem, *grosso modo*, aos da população das duas freguesias da vila. Ver: FONSECA; VENÂNCIO. Vila Rica: prospérité et déclin urbain dans le Minas Gerais (XVIII^e-XX^e siècles).
- ⁶ SILVA. *O modelo espacial do Estado Moderno*.
- ⁷ É interessante notar que a palavra *banlieue*, que hoje corresponde à “periferia” das cidades francesas e que é, muitas vezes, associada a espaços de exclusão social e de criminalidade, tinha um sentido inverso no passado, correspondendo a um território urbano “dentro da lei”: a *banlieue* era um perímetro que incluía a própria cidade e seu entorno imediato, no interior do qual eram proclamados, ao som de tambores, os “bandos” (*bans*) e outros instrumentos legislativos.
- ⁸ PERROT. *Génèse d’une ville moderne*, p. 28.
- ⁹ OZOUF-MARIGNIER. *La formation des départements*, p. 211.
- ¹⁰ RONCAYOLO *et al.* Les miroirs de la ville, p. CXI.

- ¹¹ Tais representações são confirmadas pelo estudo de Cláudia Chaves, que menciona a existência dos “tropeiros-produtores” nas proximidades dos núcleos urbanos, e que analisa algumas rotas de abastecimento da capitania (CHAVES. *Perfeitos negociantes*).
- ¹² Carta da câmara de São José ao governador, 31 de dezembro de 1798 (APM, SG, cx. 41, doc. 26).
- ¹³ Trecho de uma carta da câmara de São José, citado em: VELLOSO. *Ligeiras memórias sobre a Vila de São José nos tempos coloniais*, p. 56.
- ¹⁴ Conforme observado por CHAVES (*Perfeitos negociantes*), os livros dos “Registros” raramente trazem informações sobre a procedência e o destino das mercadorias.
- ¹⁵ CALVO. Resenha do livro: Fonseca, Cláudia Damasceno. *Des terres aux villes de l’or*, p. 913-915.
- ¹⁶ Como a informação referida no Capítulo 3, sobre a abertura do caminho para Minas Novas, em 1728, financiada pelas câmaras de Vila Rica e Mariana.
- ¹⁷ CALVO. Resenha do livro: Fonseca, Cláudia Damasceno. *Des terres aux villes de l’or*, p. 913-915.
- ¹⁸ CHOAY. *L’allégorie du patrimoine*.
- ¹⁹ Decreto-lei n. 311, de 2 de março de 1938, citado por: AZEVEDO. *Vilas e cidades no Brasil colonial (ensaio de geografia urbana retrospectiva)*.
- ²⁰ As taxinomias urbanas portuguesas e brasileiras foram recentemente estudadas por uma rede de pesquisadores, reunidos no programa internacional coordenado por Christian Topalov. Ver: TOPALOV; COUDROY DE LILLE; DEPAULE; MARIN. *Trésor des mots de la ville*.
- ²¹ LEPETIT. *Les villes dans la France moderne (1740-1840)*, p. 99.